

# A TRADIÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO NA NOVA HEGEMONIA DAS DIREITAS: ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINARES<sup>1</sup>

Fabício Pereira da Silva

*Pesquisador e professor na UNIRIO*

✉ fabriciopereira31@gmail.com

**Resumo:** *Estamos presenciando o fim do ciclo político de esquerda na América Latina, e a ascensão de um novo ciclo de direita. Esse novo ciclo é uma releitura do conservadorismo e do liberalismo, as duas principais famílias intelectuais tradicionais no pensamento e na política latino-americana desde o século XIX. Ele mescla elementos das duas linhagens em doses variadas. Focando no caso brasileiro, esse ensaio destaca esses elementos. O principal objetivo é questionar a novidade dessas direitas, enfatizando seu enraizamento nas tradições locais.*

**Palavras-chave:** *Neogolpismos; pensamento político latino-americano; conservadorismo; liberalismo.*

**Abstract:** *We are witnessing the end of the leftist political cycle in Latin America, and the rise of a new cycle of the right. This new cycle is a re-reading of conservatism and liberalism, the two main traditional intellectual families in Latin American thought and politics since the nineteenth century. It mixes elements of the two lineages in varying doses. Focusing on the Brazilian case, this essay highlights these elements. The main objective is to question the novelty of these rights, emphasizing their rootedness in the local traditions.*

**Keywords:** *Neogolpismos; Latin American political thought; conservatism; liberalism.*

Estamos presenciando o fim do ciclo político de esquerda na América Latina (dos chamados “governos progressistas” por falta de definição melhor), e a ascensão de um novo ciclo de direita (MEDEIROS, 2018; PEREIRA DA SILVA, 2017; SCHAVELZON, 2016). Essa nova maré de direita constitui uma releitura do conservadorismo e do liberalismo, as duas famílias intelectuais mais tradicionais no pensamento e na política latino-americana desde o século XIX (DÉVES VALDÉS, 2017). Tratando especificamente do caso brasileiro, Gildo Marçal Brandão (2005) delimitou desde os “saquaremas” e “luzias” do Império o que denominou as duas “linhagens” principais do pensamento político. A primeira linhagem defende a impossibilidade de se construir um Estado liberal e democrático numa sociedade

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no seminário "Conservadorismo, Novas Direitas e Grupos Insurgentes" organizado pela Associação Brasileira de Ciência Política - Regional Sudeste e NEAMP / PUC SP. São Paulo, 29 de março de 2018.

amorfa, e considera que o Estado deve ser forte e tutor da sociedade. A segunda linhagem considera que as instituições devem ser reformadas de forma a liberar as potencialidades sociais que têm sido abafadas desde a colonização (para alguns desde a criação do Estado português)<sup>2</sup>. O novo ciclo mescla em doses variadas elementos dessas duas linhagens tradicionais. Neste ensaio pretendo apenas destacar esses elementos e reconhecer a falta de clareza do presente quadro, para em trabalhos posteriores refletir acerca dos desdobramentos desses elementos arquetípicos das linhagens conservadora e liberal nesse novo ciclo. Por razões de espaço, vou me ater ao caso brasileiro para pensar as ideias dessa “nova direita”. O principal objetivo será questionar sua novidade, enfatizando seu enraizamento nas tradições locais – como já foi sugerido por André Kaysel (2015).

Antes de tudo, deve-se observar que em alguns casos essa mudança de ciclo foi marcada pelo neogolpismo (SOLER, 2015; TOKATLIAN, 2009, 2012), que se manifestou em países como Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016). Apontar que a mudança de ciclo no Brasil se deu mediante um neogolpe não é uma questão menor. Ajuda a explicar os principais elementos e as delimitações dessa hegemonia em construção, e os rumos que ela deverá tomar. Procuremos então caracterizar esse fenômeno. As novas formas de golpe não têm a princípio a participação direta dos militares, e se processam por meio de interpretações distorcidas das instituições. Se deve entender então o neogolpismo como formas de golpe de Estado legais na aparência, e que buscam seu processamento preferencialmente por meio das instituições vigentes. O ponto principal é que são formas mais processuais e mais sutis no uso concentrado da força. É isso que dificulta sua condenação pela comunidade internacional e, por contraste, facilita seu reconhecimento pelos governos estrangeiros que desejaram ou apoiaram essas

---

<sup>2</sup> Desse modo, ambos reconhecem “a centralidade do papel do Estado na formação social brasileira, com a radical diferença de que para os primeiros é o caráter inorgânico da sociedade que põe a necessidade de um Estado forte que a tutele e agregue, enquanto, para os segundos, é a presença do Estado todo poderoso que sufoca a sociedade e a fragmenta” (BRANDÃO, *ibid.*, p. 248).

mudanças de regime. São golpes processados formalmente através de institutos previstos constitucionalmente, porém distorcidos.

Essas novas modalidades de golpe foram denominadas de muitas formas nos últimos anos, por exemplo golpe “brando” ou “branco”, termos que já utilizei mas que não definem muita coisa, mais além de que esses processos buscam ser “sutis”. Vêm sendo nomeados mais recorrentemente “golpes parlamentares”, tendo como pressuposto que o parlamento é o caminho principal para sua consecução – o que não é correto, dado o papel também central do judiciário em sua realização e reconhecimento, e o próprio caráter judicializado essencial ao processo. Minha sugestão é que possam ser chamados de “golpes institucionais”, dado sua consecução por meio das instituições vigentes e sua obsessão formalista – o que, a propósito, encontra afinidades eletivas com certa tradição bacharelesca associada ao nosso liberalismo. Foi um fenômeno desse tipo que se deu no Brasil. Temos como atores principais do processo os setores liberais e conservadores na política e no judiciário (aparato de seguridade incluído), sustentados pelos poderes fácticos da burguesia local (agro/industrial/rentista, hoje hibridizada) associada ao capitalismo transnacional, dos setores religiosos e dos grandes meios de comunicação privados – com o ainda difícil de comprovar mas provável apoio de *think tanks* de direita internacionais e do governo dos EUA.

É das articulações, formulações e movimentações desses variados setores que surge o emaranhado de ideias e discursos à direita que vem configurando o novo discurso hegemônico que se impõe. Trata-se de um mosaico, cujos elementos predominantes ainda não estão definitivamente cristalizados. No caso brasileiro se expressam elementos nacionalistas típicos de certa tradição conservadora, particularmente no que Angela Alonso (2017) chama de “repertório patriota”, que surgiu ao longo dos protestos de junho de 2013 e que se impôs definitivamente nas manifestações pelo *impeachment* em 2015 e 2016. Apresentam-se elementos também de um discurso moralista defensor de valores religiosos e da família tradicional –

igualmente característico da linhagem conservadora. Por outro lado, ao mesmo tempo se manifestam ideias individualistas, cosmopolitas, de uma pretensa gestão tecnocrática (“desideologizada”...) da economia e de um sentimento antiestatista que já seriam por sua vez propostas típicas da tradição liberal.

A mescla entre as duas tradições é também comum, o que dificulta ainda mais a compreensão. Por exemplo, não é tarefa tão óbvia decifrar à luz da tradição do pensamento brasileiro e latino-americano associações de antiestatismo e liberalismo econômico, conservadorismo cultural obscurantista, religiosidade, militarismo e autoritarismo, condensadas em diferentes doses no Movimento Brasil Livre (MBL) ou em Jair Bolsonaro. Contribui para associações como essas a aparente ausência de alternativas ao liberalismo econômico entre as formulações de nossas direitas, o que confirma sua “conversão neoliberal” desde os anos 1990, apontada por Kaysel (op. cit.). Será difícil encontrar nesse quadro algum projeto nacional intervencionista e dirigista a partir do Estado no campo econômico, como formulado durante o Estado Novo e parte da ditadura civil-militar.

Para além desses elementos diversos, destacaria os dois temas que condensaram os discursos à direita nesses últimos anos: a corrupção e o autoritarismo. Como Alonso observou ao tratar do ciclo de protestos que se impôs após as eleições de 2014: “Uma tônica era o conservadorismo moral, com ataque a minorias e proposição de políticas autoritárias, via intervenção militar ou judicial. Outra era a corrupção (‘Lula, pai do Mensalão. Dilma, mãe do Petrolão’)” (op. cit., p. 54). O discurso anti-corrupção foi o que deu maior coesão a esse mosaico desde o princípio. Trata-se do que foi caracterizado em algum momento como “udenismo”, mas que de forma geral sustenta boa parte da visão de Brasil da linhagem liberal, centrada no conceito de “patrimonialismo” e no entendimento de que o país e sua sociedade civil foram historicamente sufocados ou tutelados por um Estado parasitário, aparelhado, privatizado, cartorial, ibérico, asiático, etc. De Tavares Bastos a Raymundo Faoro, se caracterizou o Estado brasileiro como um

negócio voltado para os interesses privados de seus ocupantes, porque dominado por um “estamento burocrático-patrimonial” a bloquear secularmente o desenvolvimento da sociedade. Entender a corrupção como o principal dos “males brasileiros” passa por essa concepção de Brasil e de sua história. Esse discurso foi por vezes apropriado por projetos que não eram necessariamente autoritários e antipopulares, mas propugnavam alternativas de iniciativa individual, reforma social, direitos, liberdades, associativismo, libertação da sociedade. Basta pensar no projeto de Ruy Barbosa expresso em *A questão social e política no Brasil*. Definitivamente não é a apropriação desse discurso nesse momento, na medida em que vem imbricada com o segundo tema que quero destacar, o do autoritarismo – crescentemente protagônico.

Em suas expressões mais diversas como a defesa da ordem, da intervenção militar, do retorno à monarquia ou da repressão ao diverso, o tema do autoritarismo esteve presente desde o princípio nas manifestações “verde e amarelas” e nos discursos de agentes da derrubada do Governo Dilma. Trata-se historicamente de um núcleo central da linhagem conservadora, de Paulino Soares de Sousa a Oliveira Vianna, que sempre privilegiou a ordem, a coesão, a unidade nacional, o controle social, obtidas de cima para baixo a partir de um Estado forte, centralizado e autoritário. Mas esses elementos ainda não eram majoritários naquelas manifestações, ao menos explicitamente, o que pode ser observado até mesmo pela tentativa de acusar de autoritárias às próprias esquerdas (ou de “bolivarianas”, “populistas”, o que dessa perspectiva vem a ser o mesmo).

Agora, porém, o autoritarismo e a ordem vêm assumindo primazia sobre o tema da corrupção – o que fica evidente com a força da candidatura presidencial de Bolsonaro e com a centralidade do tema da segurança e a intervenção federal no Rio de Janeiro. Isso não surpreende, na medida em que sempre foi uma possibilidade presente no mosaico constituído pelas direitas, e considerando que seu projeto condensou-se num golpe de Estado. Nesse sentido, estamos numa

“transição à ditadura” (MIGUEL, 2016), num processo de “desdemocratização” (TILLY, 2013). Trata-se de um processo de esvaziamento da democracia, que para ser preciso responde a duas tendências: a reação ao “ciclo progressista” latino-americano (que é o tema deste ensaio), mas também uma crise global das democracias (sobre a qual não se poderá tratar nestas páginas, mas se deve ao menos mencionar). Na melhor das hipóteses, desenha-se um simulacro de eleição presidencial em outubro de 2018, restringida, que prolongará o golpe de 2016 consolidando a reoligarquização da política brasileira ao modo da Primeira República de 1889 a 1930 ou do período de peronismo proscrito na Argentina de 1955 a 1973. Na pior das hipóteses, se caminhará passo a passo para uma ditadura “clássica”, como no Uruguai de 1968 a 1973. São as duas possibilidades colocadas no nosso horizonte, a não ser que se consiga formular alguma alternativa popular.

Como se vê, elementos tanto da linhagem liberal quanto da conservadora na tradição do pensamento político brasileiro fazem parte do repertório de ideias da nova maré de direita. Qual é o ponto central a ser destacado? Que estas direitas estão enraizadas na nossa realidade, dialogam com nossas sociedades, se comunicam com linhagens históricas. Brandão apontava também o surgimento ao longo do século XX de linhagens mais radicais (“antiaristocráticas”), como o que chama de “pensamento radical de classe média” e o “marxismo de matriz comunista”. Essas linhagens alimentaram o projeto petista e o lulismo, porém nunca se impuseram na sociedade – nem no aparato estatal, e em certo sentido nem mesmo no governo. Decorre então que o ressurgimento das direitas não é efetivamente um ressurgimento, é uma volta dos que não foram. E não supera uma suposta hegemonia de esquerda ou progressista, algo que nunca chegou a se impor no Brasil<sup>3</sup>, mas uma hegemonia democrática condensada na Nova República. Isso evidencia que o que ruiu no Brasil não foi apenas o “ciclo progressista”, mas a Nova República.

---

<sup>3</sup> Mas sim em países como a Bolívia, a Venezuela e o Equador, o que reforça a necessidade de entendermos a América Latina em toda a sua pluralidade.

A intelectualidade de esquerda se constituiu num dos principais fiadores da Nova República – a Ciência Política brasileira também, é bom que se diga. A propósito, fiadoras – a intelectualidade de esquerda e a politologia – de uma democracia mais institucional e formal do que substantiva. Com a narrativa socialista derrotada após o fim do “socialismo real”, na melhor das hipóteses esperava-se progressivamente preencher o arcabouço formal com mais participação popular e deliberação. Na pior, mergulhou-se mesmo no *mainstream* da democracia elitista-pluralista dominante na teoria política. De todo modo, não deveria surpreender que essa democracia basicamente formal, oriunda de uma transição “pelo alto”, se mostrasse ao fim e ao cabo tão frágil. No entanto, depois de décadas como fiadores daquele arranjo, seguimos entregues à perplexidade e à melancolia. Mas para começar a decifrar os enigmas postos diante de nós, é essencial compreender nossas direitas e mergulhar seriamente no estudo de suas linhagens. Isso nos permitirá entender também que suas duas principais correntes alimentam historicamente duas visões distintas de Brasil, mas podem em momentos decisivos abraçar majoritariamente soluções autoritárias e oligárquicas, como fizeram em 1964 e fazem hoje. Afinal, como Brandão destacou muito bem, são duas linhagens aristocráticas, e em oposição a elas se constituíram as alternativas populares.

## Referências

- ALONSO, A. A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos CEBRAP*, n. especial, junho de 2017.
- BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. *Dados*, v. 48, n. 2, 2005.
- DEVÉS-VALDÉS, E. *Pensamiento Periférico. Asia, África, América Latina, Eurasia y más. Una tesis interpretativa global*. Santiago: Ariadna Ediciones, 2017.
- KAYSEL, A. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, Gustavo (orgs.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- MEDEIROS, J. Regressão democrática na América Latina: do ciclo político progressista ao ciclo político neoliberal e autoritário. *Revista de Ciências Sociais*, v. 49, n. 1, 2018.

FABRICIO PEREIRA DA SILVA  
A TRADIÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO NA NOVA HEGEMONIA DAS DIREITAS:  
ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINARES

- MIGUEL, L. F. Transição à ditadura. *Blog da Boitempo*, 2016. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/28/transicao-a-ditadura/>>
- PEREIRA DA SILVA, F. “*Fin de la marea rosa y el neogolpismo en América Latina*”. In: DE SIERRA, Gerónimo (org.). *Los progresismos en la encrucijada*. Montevideu: Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2017.
- SCHAVELZON, S. “*The end of the progressive narrative in Latin America*”. *Alternautas*, 2016. Disponível em <<http://www.alternautas.net/blog/2016/5/24/the-end-of-the-progressive-narrative-in-la-tin-america>>
- SOLER, L. Golpes de Estado en el siglo XXI. Un ejercicio comparado Haití (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012). *Cadernos PROLAM/USP*, v. 14, n. 26, 2015.
- TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- TOKATLIAN, J. Gabriel (2012). “*El auge del neogolpismo*”. *La Nación*, 24 de junio de 2012. Disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/1484794-el-auge-del-neogolpismo>>
- \_\_\_\_\_ (2009). “Neogolpismo”. Página/12, 13 de julio de 2009. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subno-tas/128159-41146-2009-07-13.html>>